

LUTA

Reitoria faz proposta excludente sobre recurso para carreira em 2018 Proposta do STU e CSA's é que recurso seja repassado para todos funcionários

Os recursos para carreira em 2018 são a soma de R\$ 2.359.900,00 já previsto no orçamento e mais R\$ 697.031,00, acrescido na discussão durante a greve.

A reitoria ao longo do ano não apresentou uma proposta de avaliação e segue com a discussão da adequação da proposta de carreira. Frente a isso o STU junto com as CSA's apresentou uma proposta que os recursos referentes a carreira 2018 fossem repassados de forma linear a todos os trabalhadores.

Proposta da reitoria

No último dia 14 a reitoria encaminhou a Comissão de vagas não docentes – CVND uma proposta de deliberação para CAD que estabelece critérios para distribuição desses recursos, alegando corrigir efeitos do achatamento da carreira.

Na proposta a reitoria apresenta uma fórmula que

excluem: I - admitidos a partir de 01/07/2013; II – que tiveram no período de 2003 a 2013 alteração salarial relacionada com mudança de segmento; III – atualmente afastados para prestar serviço em outros órgãos e instituições com ou sem vencimentos e os afastados sem vencimentos; IV – os que deram início ao pedido de aposentadoria.

Haverá uma lista e linha de corte, conforme os recursos disponíveis. As unidades ainda podem recusar a promoção, caso entenda que não há mérito. A efetivação do pagamento se dará a partir de janeiro 2019.

O STU considera que essa proposta é restritiva e trata processos de promoção na carreira como privilégio. Reafirma que a melhor solução é garantir o repasse linear à todos trabalhadores, retroativo ao mês de outubro de 2018.

Convoca os trabalhadores

para **assembleia dia 28/11, as 12 hs, na nova sede do STU**, onde vamos discutir a proposta e a mobilização, com indicativo de paralisação para dia 06/11, dia em que ocorre a reunião da CAD.

Reitoria retira F-4 e substitui por F-3

O STU tem cobrado a reitoria sobre a retirada F-4 aplicados durante a greve. No dia 8 de novembro um ofício encaminhado pela reitoria informa que a alteração do F-4 que tem caráter de punição para falta justificada.

A discussão da retirada dos F-4 já vinha sendo tratada com o diretor do Caism que afirmou concordar que não tenha tratamento diferenciado entre as unidades.

O STU reconhece a importância da retirada dos F-4, mas considera que os trabalhadores que tiveram descontos por causa da falta, tenham seus salários repostos.

Adequação da carreira PAEPE

A Câmara Interna de Desenvolvimento Institucional – Cidf volta discutir hoje a minuta da adequação da carreira PAEPE.

A proposta em discussão prioriza a avaliação vertical, mantendo 5 níveis para o superior, 4 para o médio e 3

para o básico. A lógica da carreira e valorizar competências e a valorização individual dos servidores, que devem, após definidos os critérios, se candidatar para o processo avaliatório com promoção por níveis. Os representantes tem discutido junto com o sindicato a

necessidade de incluir no processo a avaliação horizontal, valorização dos títulos e reconhecimento da trajetória dos trabalhadores.

Para o sindicato a carreira tem que ser um instrumento de valorização dos servidores e do serviço público.

Cruesp aderiu às ‘fake news’?**Ofício dos reitores manobra com palavras para “esquecer” compromisso de discutir excedentes na arrecadação**

O Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp o agendamento de uma reunião para debater o crescimento na arrecadação do ICMS e as possibilidades de aplicação deste excedente, considerando o arrocho nos salários, a necessidade de contratações, retomada das carreiras, permanência estudantil e outros. O compromisso de realizar esta reunião foi celebrado na última negociação entre as partes, no dia 13/6.

“Esquecendo” a palavra empenhada formalmente, no entanto, os reitores recusam-se a agendar o encontro. Em ofício enviado ao Fórum das Seis no dia 1º/11, eles afirmam que “as universidades não contam com excedentes financeiros, pois aumentos pontuais recentes na arrecadação do ICMS tão somente diminuem os déficits orçamentários existentes em todas as três instituições”.

A manobra com as palavras é

evidente. Teria sido um lapso dos reitores ou uma deliberada adesão à era das “fake news”? Ocorre que o acordo celebrado entre as partes não se refere a “excedentes financeiros nas universidades”, mas sim a excedentes financeiros na arrecadação do ICMS, conforme Comunicado Cruesp 3, de 13/6/2018.

E não há como negar a existência destes excedentes. Dados do portal da Secretaria da Fazenda mostram que a arrecadação do ICMS em outubro/2018 foi de R\$ 8.895.048.798, o que indica um crescimento de 10,115% em relação a outubro/2017. O período jan/out de 2018 cresceu 7,40% em relação a jan/out de 2017.

O mínimo que se espera, agora, é que os reitores cumpram a palavra empenhada na mesa de negociação e agendem uma reunião com o Fórum das Seis para debater este cenário.

13º salário para todos!***Fórum indica ato em 13/12, durante reunião do CO da Unesp***

Na Unesp, mantêm-se as incertezas em relação ao pagamento do 13º salário aos servidores estatutários.

A Reitoria da Universidade informa apenas que está aguardando manifestação do governador Márcio França sobre uma possível suplementação de recursos com este fim.

Em 2017, o cenário foi idêntico. A Unesp quitou o 13º dos estatutários somente em janeiro deste ano, utilizando para isso a dotação orçamentária de 2018.

O Fórum das Seis convoca um ato público unificado durante a realização da reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp, marcado para 13/12, em São Paulo: QUEREMOS A GARANTIA DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO PARA TODOS! Mais detalhes em breve.

Defesa da autonomia universitária e dos direitos constitucionais da comunidade acadêmica

O resultado das eleições de 2018, com Jair Bolsonaro na presidência e João Dória no governo paulista, coloca de imediato algumas questões para o país, e para as universidades públicas. Ambos têm defendido, de diferentes formas, propostas de transformação das universidades em instituições de caráter privado, inclusive aventando a possibilidade de acabar com a gratuidade do ensino superior público e de diminuir drasticamente os recursos estatais a elas destinados, além de defenderem explicitamente o projeto “Escola sem Partido”. Isso tudo é agravado com a perspectiva de uma reforma da Previdência ainda mais draconiana do que a proposta encaminhada pelo governo Temer, e da quase criminalização da atividade docente.

Nesse cenário, a universidade pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada passa a ser considerada uma entidade indesejável, que subverte os valores cívicos, morais e educacionais desses senhores e dos seus apoiadores.

Embora desautorizados pelo Supremo Tribunal Federal, os últimos acontecimentos envolvendo ataques às universidades públicas, perpetrados por agentes estatais, em alguns casos com respaldo judicial, bem como um grande número de ações com maior ou menor

grau de violência, praticadas contra vários segmentos da comunidade acadêmica, recomendam que tomemos medidas para salvaguardar nosso ambiente de trabalho e preservar nossas universidades, que são patrimônio do povo brasileiro.

Reunidas em 9/11, as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram algumas medidas no intuito de estabelecer uma rede de solidariedade e de fazer com que a sociedade perceba a importância das universidades estaduais paulistas, das ETECs e FATECs, por meio de todo tipo de interação que possamos estabelecer com ela. As iniciativas são: Nas unidades, criar comitês/núcleos de autodefesa, fortalecendo a unidade dos segmentos (servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes), com os coletivos identitários (movimento negro, feminista, LGBT). O objetivo é discutir e eleger pautas comuns que dizem respeito às questões internas às Universidades, ETECs e FATECs, e àquelas mais gerais, que também poderão ser levadas para fora, como é o caso da reforma da Previdência e a seguridade social; Fazer contatos com sindicatos, movimentos sociais e associações de bairro locais, com o objetivo de promover eventos comuns, cursos, mesas redondas e demais atividades que possam dar visibilidade à importância do

trabalho desenvolvido nas Universidades, ETECs e FATECs, bem como para estabelecer um diálogo com a sociedade e construir conjuntamente uma compreensão mais profunda do momento político que estamos atravessando, incorporando os saberes acadêmicos e não acadêmicos na elaboração de formas de superação das nossas adversidades.

Distribuir uma cartilha com informações sobre a legislação que rege o trabalho docente em sala de aula e o texto da decisão da ministra Cármen Lúcia, do STF, emitida em 27/10. Um bom material, neste sentido, é a cartilha elaborada pelo Andes – Sindicato Nacional.

O Fórum das Seis enviará ofício ao Cruesp e à Superintendência do Centro Paula Souza, propondo que se manifestem no sentido de garantir a preservação da liberdade de cátedra e de livre manifestação nestas instituições públicas de ensino. Se necessário, que criem mecanismos internos para preservá-los, de fato e de direito, dando suporte jurídico e moral a eventuais atingidos que assim o desejarem.

O Fórum das Seis também solicitará que os conselhos universitários da Unesp, Unicamp e USP, bem como ao Conselho Deliberativo do Ceeteps, que se manifestem contra o projeto “Escola sem Partido”.